

Liberdade Sindical na Administração Pública



O que vai aprender nesta formação?

- Reconhecer a Importância da Liberdade Sindical como Expressão de um Estado de Direito Democrático
- Reconhecer a Importância Histórica e a Dimensão Objetiva da Proteção da Liberdade Sindical
- Conhecer Instrumentos de Proteção Internacional que Consagram o Princípio da Liberdade Sindical
- Compreender o Papel dos Sindicatos na Definição e Execução de Políticas de Desenvolvimento Socioeconómico
- Identificar os Principais Desafios Socioeconómicos ao Movimento Sindical
- Reconhecer o Papel da Liberdade Sindical, Previsto na CRP, enquanto Princípio Fundamental para a Garantia da Defesa dos Direitos e Interesses dos Trabalhadores
- Em Especial, Identificar os Direitos Inerentes ao Princípio da Liberdade Sindical, Previstos na Constituição e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP)
- Reconhecer as Diferentes Estruturas de Representação Coletiva dos Trabalhadores, Previstas na LGTFP

Destinatários

- Dirigentes em cargos de direção intermédia
- Dirigentes em cargos de direção superior
- Trabalhadoras/es da carreira geral de técnico superior
- Trabalhadoras/es da carreira geral de assistente técnico
- Trabalhadoras/es da carreira geral de assistente operacional
- Trabalhadoras/es das carreiras especiais

Como está organizado o programa?

INTRODUÇÃO E RAZÃO DE ORDEM

0.1. Participação e associação: a importância da liberdade sindical como expressão de um Estado de Direito Democrático

0.2. A salvaguarda da realização do interesse público e do normal funcionamento dos órgãos ou serviços

MÓDULO 1 – O CONTEXTO SOCIOECONÓMICO DA ATUAÇÃO SINDICAL

1. O papel dos sindicatos na definição e execução de políticas de desenvolvimento socioeconómico

1.1. Ao nível do ramo de atividade

1.2. Ao nível regional

1.3. Ao nível nacional

1.4. Ao nível internacional

2. Sindicatos e relações sindicais internacionais: as relações sindicais internacionais no contexto das políticas económicas sociais dos espaços económicos internacionais

3. Desafios ao movimento sindical

3.1. Sindicalização e globalização – alterações no contexto laboral, educacional e social

3.2. Sindicalização e crises político-económicas

3.3. Sindicalização e migração

MÓDULO 2 – A PERSPETIVA HISTÓRICA DE PROTEÇÃO INTERNACIONAL

1. Lei n.º 45/77 de 7 de julho – ratifica a Convenção n.º 87 da OIT, sobre a liberdade sindical e proteção do direito sindical
2. Lei n.º 17/80, de 15 de julho – ratifica a Convenção n.º 151 da OIT, relativa à proteção do direito de organização e aos processos de fixação das condições de trabalho da função pública
3. Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001, de 17 de outubro – aprova, para ratificação, a Carta Social Europeia Revista, aberta à assinatura dos Estados-Membros do Conselho da Europa em Estrasburgo, em 3 de maio de 1996, e assinada pela República Portuguesa nessa data
4. A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos

MÓDULO 3 – A PREVISÃO CONSTITUCIONAL PORTUGUESA

1. A articulação entre os artigos 2.º, 46.º e 55.º da CRP
2. A liberdade sindical como condição e garantia da defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores
3. A liberdade de constituição de associações sindicais
4. A liberdade de inscrição
5. A liberdade de organização e regulamentação interna
6. A proibição de discriminação
7. Os direitos das associações sindicais
8. A participação na elaboração da legislação do trabalho
9. A contratação coletiva

MÓDULO 4 – EM ESPECIAL, OS SINDICATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. A previsão nos artigos 337.º e seguintes da LTFP
2. Os direitos das associações sindicais, nomeadamente:
 - 2.1. Celebrar acordos coletivos de trabalho
 - 2.2. Prestar serviços de carácter económico e social aos seus associados
 - 2.3. Participar na elaboração da legislação do trabalho
 - 2.4. Participar nos procedimentos relativos aos trabalhadores, no âmbito de processos de reorganização de órgãos ou serviços

2.5. Estabelecer relações ou filiar-se em organizações sindicais internacionais

3. O desenvolvimento da atividade sindical no órgão ou serviço do empregador público

4. Delegados sindicais, comissões sindicais e comissões intersindicais

5. Competências essenciais à atuação de dirigentes sindicais

6. Os mecanismos de resolução pacífica de conflitos coletivos de trabalho na LTFP

Quais as competências comportamentais do ReCAP que esta formação potencia?

- Orientação para a Participação
- Negociação e Influência
- Iniciativa

Qual o valor da propina?

100€

Requisitos gerais de acesso

Inscrição

Quem são os/as formadores/as?



Hermes Costa



Ana T. Ribeiro



Sílvia Saraiva



Sérgio Agraíno

Área de Formação: **Cidadania e Participação**

Área Temática: **Participação**

Duração: **10 horas**

Forma de organização da formação: **Formação a Distância (síncrona)**

[Visitar página do Curso](#)

Ficheiro descarregado a: 18/01/2025

